

----- *Entrevista* -----**Entrevista com Susana Cazzaniga**

ENTREVISTADORAS:

**Carina Berta Moljo**

Faculdade de Serviço Social - UFJF

**Katia Marro**

Faculdade de Serviço Social - UFFRío das Ostras

**Maria Lúcia Duriguetto**

Faculdade de Serviço Social - UFJF

Entrevista realizada a Susana Cazzaniga (Professora da Universidade Nacional de Entre Rios, Argentina). Atualmente, a Professora está aposentada mas continua ministrando Cursos de Pós-Graduação em diversas Universidades da Argentina e da América do Sul. Entre suas publicações podemos destacar: *Intervención profesional: legitimidades en debate org (2006) Ed Espacio, Buenos Aires, Argentina; Hilos y nudos. La formación, la intervención y lo político en el Trabajo Social (2007) ed. Espacio, Buenos Aires, Argentina.; Derechos, políticas sociales y problemáticas contemporáneas. Debates desde Trabajo Social org. (2014) Ed EDUNER, Entre Rios, Argentina.*

A entrevista foi realizada em agosto de 2019 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pelas docentes Carina Berta Moljo e Maria Lúcia Duriguetto (Professoras da Faculdade de Serviço Social da UFJF) e Katia Marro (Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Universitário de Rio das Ostras). As docentes são, respectivamente, membros dos subgrupos de pesquisa “*A Reconceituação na Argentina*” e “*A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Chile e na Argentina, no período de 1960-1980*”, que compõem o Projeto de Pesquisa “*O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*”, coordenado pelas Professoras Marilda Vilella Iamamoto (Professora Visitante da Faculdade de Serviço Social da UFJF) e Claudia Mônica dos Santos (Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da UFJF).

Na Argentina, a conturbada conjuntura que se delineia a partir dos anos 1960 ao golpe civil-militar de 1976 é marcada por uma intensificação das lutas e do crescimento das organizações das classes subalternas que vão impactar a configuração dos regimes políticos e, por mediações acadêmicas e de militância política, os processos de tensionamento do Serviço Social com seus aportes teórico-metodológicos e ético-políticos conservadores.

O crescimento das lutas de classe se relaciona não apenas com a “resistência Peronista” (principal expressão política da classe trabalhadora, que cresce com a proscrição do Peronismo desde o ano 1955), mas também com a radicalização de uma “nova” classe trabalhadora. Esta dará vida a um novo e combatente movimento operário e sindical (com tendências classistas e do Peronismo combativo), que protagonizará rebeliões populares de envergadura como o Cordobazo e o Rosariazo, de 1969, que marcariam uma inédita aproximação das organizações operárias com o movimento estudantil. Neste período, observa-se também a multiplicação de uma miríade de organizações que vão encorpar a militância das classes subalternas sob os influxos de uma *nova esquerda* que reivindica o guevarismo; o socialismo de libertação nacional; o anti-imperialismo, etc. Dentre as principais organizações armadas devemos destacar os Montoneros<sup>1</sup>, de filiação peronista, e PRT-ERP, de filiação marxista<sup>2</sup>. Especificamente no interior do movimento Peronista e em função das relações contraditórias com o seu líder, Perón, assiste-se a uma diversificação organizativa que atravessa a realidade partidária, o movimento estudantil, os movimentos territoriais e os sindicais. A chamada “tendência revolucionária do movimento Peronista” compreendia desde os Montoneros ao conjunto de organizações como a Juventude Universitária Peronista (JUP); a Juventude Trabalhadora Peronista (JTP); a União de Estudantes Secundários (UES); a Agrupação Evita; o Movimento de Inquilinos Peronistas (MIP), dentre outros.

A dinâmica desta configuração organizativa dos “de baixo” vai impactar profundamente o Serviço Social argentino, cujo vínculo de seus segmentos profissionais, acadêmicos e estudantis com as lutas sociais se estabelecerá pela *via privilegiada da militância política e/ou universitária*, que trará mudanças significativas nos referenciais teórico-políticos, na formação

<sup>1</sup> Outras organizações armadas, como as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e as Forças Armadas Peronistas (FAP), confluirão com Montoneros em '73.

<sup>2</sup> O PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) será fundado em 1965, incorporando-se à IV Internacional. Identificado com o processo revolucionário de Cuba, com influências indoamericanistas e antimperialistas, incorpora um marxismo com uma perspectiva latino-americanista e uma forte herança guevarista. No seu processo de desenvolvimento, observam-se mudanças prático-políticas (também em função das influências maoístas, trotskistas e leninistas), como a fundação, em 1970, do seu braço armado, o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

e no trabalho profissional. Este processo expressará a particularidade do Movimento de Reconceituação na Argentina, que se materializou, para além da sintonia de segmentos da profissão com as lutas e organizações das classes subalternas, em riquíssimos processos formativos (reformas curriculares e reorganização radical das políticas e práticas dos estágios).

Segundo Moljo (2005, p. 291) “a aproximação ou a confluência entre a militância e o Serviço Social gerou um ‘novo perfil de profissional’, comprometido com a realidade social”. Não obstante as inúmeras contradições deste período, este indubitável enriquecimento se relaciona com a politização da profissão ao calor dos acontecimentos históricos; com a descoberta da sua dimensão socioeducativa; com os questionamentos acerca da função social da profissão na reprodução dos conflitos de classe; com a busca por uma maior qualificação e uma formação profissional mais rigorosa e atenta às particularidades do país; e com a interlocução com novas referências teórico-metodológicas.

O desfecho deste período histórico se desenvolve no contexto de avanço de uma contrarrevolução preventiva no continente e dos projetos de articulação continental da contra-insurgência (retratada no plano Condor) para frear a radicalização dos conflitos de classe pela imposição de regimes ditatoriais e a implementação de políticas econômicas para “restaurar” o capitalismo em crise. Trata-se do sanguinário golpe civil-militar de março de 1976, que instaura uma ditadura civil-militar que perdurará até 1983. Articulando diversos setores das classes dominantes e dos “aparatos privados” e “coercitivos” do Estado (Igreja, Judiciário, aparatos repressivos), instalou-se o terrorismo de Estado que produziu o assassinato e a desapareição física de uma geração de militantes sociais (em torno de 30 mil desaparecidos). A Argentina seria, conjuntamente com o pioneiro Chile, expressão exemplar da implementação, no continente, da política de ajustes econômicos e sociais segundo a cartilha do receituário neoliberal.

É este contexto histórico dos conflitos de classe e da relação que com ele estabeleceu o Estado que situa-se a particularidade do Movimento de Reconceituação do Serviço Social argentino. É a memória ativa deste período que será descrita nesta entrevista. A Professora Cazzaniga estudou Serviço Social na Escola de Serviço Social de Santa Fé e participou ativamente da vida estudantil, acadêmica e política deste período, militando nas fileiras do Peronismo. Com a instauração da ditadura civil-militar, passou a viver na clandestinidade, retomando à vida pública somente pouco tempo antes do retorno do regime democrático, em 1983.

A entrevista está em espanhol e se compõe de conteúdos selecionados pelas entrevistadoras. Iniciamos sua exposição pela caracterização panorâmica da vida estudantil.

---

*Entrevistada:* Recuerdo que en el setenta y tres tuvimos la elección del centro de estudiantes; yo iba candidata a presidenta, salí presidenta del centro de estudiantes y mi oponente era una compañera que ahora está desaparecida que era del ERP (Ejército Revolucionario del Pueblo) [...]. Entonces, en la escuela tenías un poco de izquierda, pero mucho de esta concepción que era el Peronismo, el Peronismo Revolucionario de la mano de la Teología de la Liberación (no había ahí muchas diferencias). Los “estágios” (prácticas pre profesionales) se hacían en los barrios, y uno de ellos, de los más importantes era “Villa del Parque”, donde el sacerdote era de los “curas obreros” de la Teología de la Liberación, del grupo de los Sacerdotes por el Tercer Mundo, movimientos que adherían al Peronismo y en los que muchos de sus miembros se vincularon rápidamente a “Montoneros”. Lo mismo pasaba en la escuela, [...], muchos nos incorporamos a esta organización, otras al ERP, pero había un grupo que no tenía esta vinculación de militancia política, estudiantil, pero que acompañaban, acompañaban en el tema de ir a las marchas, de ir a las asambleas y demás, eran épocas donde la participación era masiva. Pero en la medida en que empezó la represión y demás, también estos grupos se fueron quedando a un costado. Respecto a la escuela y sus docentes y graduados cuando en el setenta y tres, sube Cámpora<sup>3</sup> y en varios lugares asumen peronistas, hay un llamado a las colegas, que se insertan en la municipalidad, algunas ya venían y otras se insertan [...] Ellas ingresan, presentan todo un plan de trabajo - porque también previo, o sea durante toda la campaña se habían formado los equipos técnicos para discutir políticas para el nuevo gobierno. [...] El tema es que entonces están un tiempo, y rápidamente se las sanciona y se las manda a actuar como guías de tránsito [...]. Por estas posiciones que llevaban respecto de cómo tenía que ser el trabajo en los barrios [...] que fue poco lo que, digamos, se pudo hacer [...]. Hubo ahí una apuesta a un gobierno que teóricamente era la transición para la liberación nacional y social ¿no?. Entonces se planteaba la posibilidad, pero rápidamente queda claro que eso es medio imposible, y ahí también rápidamente empiezan las discusiones acerca de si corresponde o no corresponde estar trabajando en las instituciones. Los que se van de las

---

<sup>3</sup> Refere-se ao governo peronista de Cámpora em 1973, que antecede o retorno ao poder do Perón que se encontrava no exílio desde 1955 [Nota das entrevistadoras].

instituciones y los que dejan la profesión, son los que más están vinculados, quizás a la lucha armada, los más radicalizados. Hay compañeros y colegas que siguen en la institución teniendo posturas críticas, pero sosteniendo la necesidad de seguir ahí. O sea, uno puede hablar de muchas compañeras que incluso permanecieron durante la dictadura, y no por eso se las puede considerar que hayan sido “aliadas” de la dictadura; hicieron sus resistencias como pudieron [...].

Trabajo Social de la provincia de Santa Fe tiene toda una producción muy importante desde que se inaugura la escuela en el año 1943, y había alcanzado en los años sesenta, una formación muy rigurosa, muy rigurosa. Por supuesto, funcionalista, positivizada, pero era una formación rigurosa. Teníamos una materia que se llamaba estadística, [...] en segundo año teníamos una disciplina de investigación y hacíamos trabajo de investigación de campo, un trabajo de relevamientos barriales [...]. Esta escuela se plantea la necesidad de dar cuenta en su currícula de los derechos del hombre [...]. Ahí había una formación, una apuesta, una profesión, que se pensaba como una profesión que podía hacer muchas cosas. Creo que eso también es base para que en esa Reconceptualización, se pudieran dar determinadas discusiones. Yo recuerdo que nosotros, una de las cosas que más solicitábamos era que haya más marxismo, que se puedan discutir otras cosas; que la antropología, sea una antropología cultural; que no teníamos filosofía, que queríamos filosofía. Muchas de nuestras formaciones las hacíamos en la escuela de formación política, nuestra organización<sup>4</sup> tenía una escuela de formación, e íbamos a clases los sábados en la mañana, y teníamos como un programa de estudio, que hoy podríamos llamarlo de “Teoría Social”, donde ahí discutíamos Marx. Me acuerdo que yo ahí leía a Marcuse, a Adorno, Mao. [...] Esa formación la llevábamos, [...] cuando debatíamos con los profesores, debatíamos con ese bagaje teórico [...]. Y nos posicionábamos, y siempre pensando en que tipo de profesión queríamos. Era constante la discusión “¿el para qué de la profesión?, entonces, la identificábamos como una profesión del sistema capitalista, que, de acuerdo al mandato capitalista, era una “aspirina” que sólo daba respuestas coyunturales. Me acuerdo que se usaba mucho el concepto de “aspirina” [...]. Además teníamos el ejemplo de Chile y teníamos también el ejemplo de Cuba; nosotros estábamos preocupados porque Cuba había sacado Trabajo Social, pero teníamos a Chile ahí que, las trabajadoras sociales participaban activamente de las políticas chilenas. Entonces, nosotros decíamos que, llegado el socialismo nosotros íbamos a defender; teníamos una profesión [...] íbamos a participar en la planificación

<sup>4</sup> A professora Susana integrava a JUP (Juventude Peronista) e Montoneros [Nota das entrevistadoras].

de las políticas sociales, íbamos a tener otro lugar, íbamos a acompañar; porque esta cuestión lo íbamos a defender, que esa profesión era posible en el socialismo [...]. Santa Fé en todo ese momento, digamos, nunca perdió de vista la necesidad de la formación teórica [...]. No es que uno desestimaba la teoría [...] lo que pasa es que terminaba siendo una cuestión basista, porque, bueno también hay esto que vos decías, como una confusión entre militancia y profesión. Yo en Santa Fé, yo digo que hay una confusión militancia-profesión.

**Entrevistadoras:** *¿Te puedo ir haciendo algunas preguntas?*

**Entrevistada:** Si, por supuesto.

**Entrevistadoras:** *Quería que vuelvas sobre algunas cosas. En relación a esta cuestión profesión-militancia, me dio la sensación que en algunos casos había.... claro eso está totalmente compenetrado y no es exclusivo del trabajo social. Estudiantes de Arquitectura se iban a los barrios a vivir también, había abogados que lo hacían, entonces, eso tiene que ver mucho más con la entrada de la profesión a la Universidad y la convivencia con la vida universitaria, que una cosa que surgió de la cabeza de un movimiento estudiantil o de los docentes ¿no? No es exclusivo del trabajo social. En algunos casos, me parece que hay una relación de superposición, de mezcla; en otros de paralelismo, sobre todo para quien entraba en la clandestinidad, entonces se ven muchas situaciones; sobre todo en las entrevistas, se ve “no, yo iba a la institución y hacía eso”, “iba al barrio”; o sea, como que hay situaciones diferentes.*

**Entrevistada:** Si, ha pasado.

**Entrevistadoras:** *Parecen situaciones bien diferentes y heterogéneas en relación a como se daba la relación profesión-militancia, porque para nosotras “la militancia no es un problema”, todo lo contrario, la reivindicamos; entonces, el tema es que la forma que eso tomaba tiene la cara de los tiempos, de las épocas ¿no?*

**Entrevistada:** Si, si, si, si, por supuesto, yo creo que en esta cuestión de los estudiantes.... esto estaba, digamos, en todas las carreras. Nosotros decimos que la Reconceptualización no es algo propio del Trabajo Social, sino que en ese momento la mayoría de las disciplinas entran a repensarse en muchas cosas y tienen todas estas aristas de politizaciones muy fuertes. Insisto con esto, quizás al principio del gobierno de Cámpora, está esto de la posibilidad, la apuesta a que podemos hacer algo. Luego, me parece que se da este

tema de “a dos aguas”, esto de hacer algo en la institución, y la militancia por otra parte. Y ahí también se da dejar la profesión, dejar la profesión porque no se llega a nada con la profesión; lo único que digamos, se sigue planteando. Pero, por ejemplo, en la tesis de Raquel Negro<sup>5</sup> (son cuatro las que hacen esa tesis, de las cuales dos están desaparecidas), ellas hacen la tesis rápidamente, rápidamente porque el tema era que se tenían que ir de Santa Fé, y entonces la idea era llevarse el título por si tienen que trabajar en alguna parte, como una estrategia, no porque hayan estado pensando en la profesión, sino más como una estrategia, incluso si se iban del país. Pero pensando más en esta cuestión de la militancia [...]. Entonces, estaban clandestinas, clandestinas, ni siquiera podían estudiar. Pero en ese momento ya, yo creo que a partir de mediados del setenta y cinco que empieza la represión muy fuerte, fundamentalmente en la universidad, aunque el gobierno sea democrático. Frente a esa represión, digamos, ya no se daban esas discusiones tan profundas acerca de la profesión, sino que ya eran cuestiones más “como nos defendemos, como sobrevivimos” ¿no?

**Entrevistadoras:** *Se acelera la coyuntura...*

**Entrevistada:** Sí, todo, todo, todo. El movimiento estudiantil Santafecino, la hegemonía por supuesto, la tenía el Peronismo ¿no? En ese momento era la Juventud Universitaria Peronista. Estaban los radicales nucleados en la Franja Morada, el PCR (Partido Comunista Revolucionario), y bueno, el PC (Partido Comunista), y después había grupos un poco más anarquistas o grupos más pequeños, más trostkistas. Eso en términos de agrupaciones universitarias, agrupaciones de estudiantes universitarios. Según las carreras, había más en uno que en otro ¿cierto?. [...] Todo lo que era profesorado en ese momento, era hegemonía peronista; arquitectura: hegemonía peronista; ciencias económicas estaban más mezcladitos, pero había mucho también de la JUP.

**Entrevistadoras:** *Todo era JUP, todo era tendencia revolucionaria del peronismo.*

**Entrevistada:** Sí [...]. Nosotros, por ejemplo, éramos escuela terciaria no universitaria, pero estábamos incorporados al movimiento estudiantil universitario e íbamos al comedor estudiantil; que era el gran centro de difusiones. Entonces, ese punto me parece que es interesante (esta es una relación que hago yo, podríamos hacer un grupo focal y discutir con las

---

<sup>5</sup> Raquel Negro es una colega desaparecida que al momento de su captura estaba embarazada de mellizos. Los niños nacieron en cautiverio, la niña recuperó su identidad en el 2012 y su hermano sigue desaparecido [Nota da professora Susana Cazzaniga].

compañeras de aquel momento): a mi me parece que a partir del setenta y seis, ya no hay discusiones, o sea, lo que queda en la escuela queda con mucho terror, mucho susto ¿no?. Entonces hay toda una cuestión de parálisis. Por ejemplo, hay un caso en el setenta y seis, un caso emblemático de una compañera que estudio trabajo social, y la matan en un colectivo cuando va a clases; y entonces, iba con otras compañeras, y las compañeras llegan manchadas de sangre a la escuela. Entonces, esto era una cosa intolerable, o sea, era muy, muy fuerte. Yo decía, los que estábamos muy perseguidos, nos fuimos y el resto quedó, quedó como paralizado; ahí tenemos que sobrevivir como podemos ¿no? [...] A la escuela de Santa Fé no la cierran, pero la van vaciando, la van vaciando, la van vaciando; y fundamentalmente la van vaciando de ese contenido teórico, por supuesto político, pero el contenido teórico no vuelve a ser lo mismo que antes, en los años sesenta.

**Entrevistadoras:** *Me llamó mucho la atención el tema de los planes de estudio, me llamó mucho la atención la riqueza del proceso de construcción y el protagonismo impresionante del movimiento estudiantil, que “ponía profesores”, “sacaba profesores”, pero un protagonismo que democratizó mucho la universidad argentina. Quería preguntarte por las influencias teóricas, porque otras de las grandes frases generalizadoras que para mi deja mucho en la invisibilidad, es esto de que “no se leían las fuentes”, “es una apropiación mecanicista”. Si, es posible, pero no es eso solamente, se leían las fuentes. El “latinoamericanismo” me llamó mucho la atención, marcando por ejemplo, un debate con Frantz Fanon, debates que hoy llamaríamos descoloniales. Todo esto está atravesado por la llamada Nueva Izquierda y los debates que es una otra lectura del marxismo más humanista, Guevara pensando en el hombre nuevo, etc.*

**Entrevistada:** Nosotros en Santa Fé, justamente porque teníamos esta influencia de la Teología de la Liberación [...] lo que fue fuerte fue este tema del “latinoamericanismo” [...]. Todo lo que sea “tercer mundo”. Entonces Fanon viene por el lado del tercer mundo. Y todo este tema de lo que significa la cultura popular, la educación popular [...]. La escuela de Santa Fé estuvo cerrada, o sea, no dio clases durante un semestre completo, porque todos estábamos abocados a la reorganización, la reformulación del plan de estudios. Nosotros habíamos hecho comisiones, donde participábamos los estudiantes, docentes, los dirigentes, digamos, de la escuela, y los graduados. [...]. Y ese plan de estudio, que vos sabes que no se encuentra [...] pero era un plan de estudios de alto nivel académico donde si vos ves el contenido en bibliografía, de ninguna manera podés estar pensando que era una formación practicista. Lo

que pasa es que se puso en práctica y llegó el golpe, y se volvió al plan anterior. Todo lo que nosotros discutíamos en las escuelas de formación, las lecturas que teníamos en la militancia la llevamos, para pensar en una formación diferente de los trabajadores sociales ¿no? Entonces había materias muy, muy interesantes y bueno en esto, los autores; y bueno; insisto, estoy repetitiva quizás, pero el tema, por ejemplo, de leer a Fanon, de leer...

**Entrevistadoras:** ¿Gramsci leían?

**Entrevistada:** No, Gramsci no. Si “Escuela de Frankfurt”. Fundamentalmente Adorno y Marcuse. Porque bueno, todo el tema del “hombre unidimensional”

**Entrevistadoras:** *Háblanos de las prácticas pre-profesionales, de los “estagios”. Eso aparece muy fuerte en la literatura; el protagonismo del movimiento estudiantil fue fuertísimo. Una de las grandes rupturas es producto del vínculo directo de la profesión con las luchas y los territorios donde los trabajadores y los segmentos subalternos están, y esto impactando en la reformulación de las prácticas pre-profesionales. Aparece mucho el trabajo en las villas, en los sindicatos... la efervescencia impresionante que existía de esos ámbitos ¿no? Los sindicatos atravesados por la CGT (Central General del Trabajo), CGTA (Central General de los Trabajadores Argentinos), en fin, un sindicalismo más clasista; toda esa enorme transformación. Pero ese vínculo muy fuerte y aparecen también nuevas atribuciones para la profesión, ¿no?. Competencias nuevas, las habilidades; esto de conducir asambleas, de mapear los territorios. Uno de los textos hablaba de “medir el nivel de consciencia de clase”. Independientemente de la terminología utilizada, esto de mapear los territorios, o sea, un grado de conocimiento de las condiciones de vidas, de las representaciones sociales [...]. Experiencias concretas de trabajo, o sea, toda una serie de atribuciones y competencias profesionales, habilidades, formas de trabajar, que fueron aprendidas por ese contacto real con las luchas. Y las prácticas pre-profesionales allí, la reformulación de las prácticas fueron centrales.*

**Entrevistada:** El tema de las prácticas [...] incluso antes de la reforma del plan de estudios fue una de las discusiones más grandes que teníamos [...]. Cuando yo ingreso; si mal no recuerdo, las practicas estaban organizadas por caso, grupo y comunidad. Y primer año era reconocimiento de recursos; que en realidad yo siempre digo “hoy deberían nuestros estudiantes tener el reconocimiento de recursos”, o sea, íbamos a lo que había de propuestas de las políticas sociales, instituciones para responder a tales problemáticas. Eso era el primero año y después

era caso, grupo y comunidad. Año setenta y dos [...]. Entonces, el punto es que lo primero que nosotros planteamos fue esto ¿no? “Nosotros queremos ir al barrio”, “nosotros queremos ir al barrio”, “queremos ir al barrio”; fue todo una pelea muy fuerte ¿viste?, muy, muy fuerte con nuestras supervisoras de primer año y de segundo año; nosotros queríamos otra cosa. Y yo recuerdo, que fuimos al barrio; siempre me acuerdo fue tanto esto de “no queremos hacer caso”, “queremos ir al barrio”, que una supervisora lo consiguió. Y la experiencia fue muy dramática si se quiere, porque la gente nos echó, nos echó. Dijeron que no querían ser “conejos de indias”.

**Entrevistadoras:** *¡Excelente!, el grado de politización de la población...*

**Entrevistada:** Era impresionante. Entonces, imagínate nuevamente reflexión sobre el trabajo social (risas) “¿Qué hacemos?” [...]. También significó volver y discutir. Bueno, vamos a seguir hasta que cambiemos el plan de estudios. [...]. Fue toda la época en la que echamos docentes. [...]. Ya después en el setenta y cinco, cuando cambiamos el plan de estudios, no me acuerdo como estaban organizadas las prácticas, honestamente [...]. Hasta ese momento, nosotros no teníamos práctica en sindicatos; no, teníamos contactos políticos con los que llegábamos. Pero no teníamos práctica en los sindicatos. Yo por ejemplo, mi compañero era sindicalista, por lo tanto, yo lo acompañaba al sindicato y trabajaba con las esposas de los sindicalistas y ahí ponía en juego quizás, cosas que sabía del trabajo social.

**Entrevistadoras:** *A través de la militancia.*

**Entrevistada:** Si, si, si, si ¿viste? Hacíamos todo ese tipo de trabajo, pero no era que hacíamos práctica en los sindicatos. Lo que no recuerdo, era si no lo habíamos incorporado al plan de estudios. [...] Las cuestiones de las prácticas, era fundamentalmente la cuestión barrial, territorial, con los pobladores. Habíamos planteado en la reforma, me parece, trabajar, avanzar sobre los sectores de las huertas que están al norte de Santa Fé en Recreo, trabajar en la zona de huertas; o sea, como el cordón periurbano de la ciudad que era... no llegaba a ser urbano, tampoco rural. Pero estábamos vinculados a todo lo que sea lo barrial y el movimiento “villero”. [...] Las ligas agrarias están muy relacionadas con el tema de los Sacerdotes del Tercer Mundo, y ahí en el norte de la provincia de Santa Fe, esa zona donde había una institución llamada Incupo, que era de esta institución de educación popular que llegó en aquella época [...]. Era una organización que hacía trabajos en terreno, hacía educación popular [...]. Las prácticas eran fundamentalmente en los barrios. Y con esta cuestión de irnos a vivir a los barrios, eso también

era bastante común.

**Entrevistadoras:** *Susana, siguiendo con la universidad y las practicas pre-profesionales. La universidad argentina, claro, es una universidad reformista, es una universidad que pioneramente a principios del siglo veinte ya viene atravesada por procesos de democratización importantes o críticas a la meritocracia. En los setenta esto se radicaliza mucho; ayer hablábamos sobre la participación de los estudiantes en los concursos docentes. A partir de la investigación, nos quedamos con la sensación, de que el movimiento estudiantil, específicamente del Trabajo Social (pero no exclusivo de él) en los años setenta consiguió radicalizar esta democratización de la universidad, criando o recreando una cultura política, un tipo de relación entre profesoral, profesor-alumno, una forma del alumno pararse en relación a su formación profesional, con protagonismo, con autonomía, que inclusive la dictadura no consiguió desterrar. Entonces, hablamos de la riqueza de ese momento democrático, de experimentar ese protagonismo en la formación, en la vida universitaria.*

**Entrevistada:** Si, si, sí. Yo no sé si le daría el nombre de democrático, no porque no lo fuera, sino porque me parece que no era el concepto nuestro en ese momento. [...] Vos fijate que nosotros éramos una escuela, que no éramos universitaria. Sin embargo, nuestras posiciones eran asimilables a todo lo que era la vida universitaria. Y justamente en ese sentido fue toda la lucha que también tuvimos en esa época para el pase a la universidad.

**Entrevistadoras:** *¿Y pasan o no pasan? Ahora, ahora. Hace poco, fundan la facultad.*

**Entrevistada:** Si, dos mil diez, hace nueve años [...] Ahora, el tema es el siguiente, las dos escuelas de la provincia, una en la ciudad de Santa Fe y otra en la de Rosario; según lo que estoy rastreando de la historia allá al inicio, las dos escuelas empiezan la lucha por el pase a la universidad, ya en los principios de los cincuenta. Hay cartas, porque además hay mucho movimiento; por eso digo que hay cuestiones que son sedimentos, que van quedando, o sea, en los sesenta, hay sedimentos de luchas muy fuertes que también explican esto, que no se puede apagar totalmente. Te reprimen y demás, pero hay cosas que quedan como sedimentos [...] En el cincuenta y seis, creo, si no estoy equivocándome, el consejo superior de la Universidad Nacional del Litoral, dice que se crea la escuela de Servicio Social en ese ámbito, pero nunca se puso en vigencia por falta de presupuesto, o sea, hay una larga lucha. En el setenta y tres, nosotros retomamos esa lucha; en Santa Fe y Rosario en Rosario, o sea, fue retomada, pero teniendo en cuenta que había estas otras luchas atrás. Y nos movilizamos como movimiento

estudiantil. Fueron de las reivindicaciones del movimiento estudiantil. [...]. El pase a universidad con mucha militancia, con mucha lucha al respecto; acompañados por el movimiento estudiantil universitario, o sea, hicimos marchas acompañado con el movimiento universitario. [...]. O sea, por un lado el sedimento, y por el otro lado, el punto histórico; yo creo que a nosotros nos atravesaba mucho el “mayo francés” ¿no?, o sea, “seamos realistas, pidamos lo imposible”. Era eso ¿viste?, ¿por qué no podía ser?, no había un límite en ese sentido, con todo lo bueno y lo malo que eso tiene ¿no?. Había una cuestión, una impugnación a la autoridad, nosotros impugnábamos a la autoridad (según nuestra evaluación), que no estaban en condiciones de darnos las cosas que nosotros queríamos; no porque no quisiéramos que haya docentes; el problema era el tipo de formación. [...]. Yo no sé si decirle democracia, sino, de radicalización, o sea, de posturas políticas, y mucho protagonismo estudiantil. Nosotros teníamos un gran protagonismo estudiantil, acompañados por algunos docentes. [...]. Y sabiendo que el movimiento estudiantil tenía que estar en alianza con el movimiento obrero ¿viste? Había reivindicaciones particulares del movimiento estudiantil, incluso acompañadas muchas veces por el movimiento sindical; reivindicaciones particulares del movimiento sindical acompañado por el movimiento estudiantil. Yo no sé si teníamos claro que era el trabajo social articulándose, no sé... Habría que pensarlo un poco, pero sí como un movimiento que aspirábamos y discutíamos que el trabajo social tenía que estar articulándose con esos movimientos. Vos fijate que, incluso los graduados; una de estas compañeras que yo decía desapareció, ella participaba del círculo de graduados, y participada del círculo de asistentes sociales de la organización que nosotros estamos estudiando ahora, y estamos investigando; y yo me acuerdo que la veía, y se reunían en la escuela, y la veía la “Colo”<sup>6</sup> y yo decía “Ay Colo, que espíritu que tenés de estar con esas viejas reformistas, re conservetas y reaccionarias”, y ella siempre me decía “Susana, es el Trabajo Social, hay que estar, hay que estar”.

**Entrevistadoras:** *Estar “disputando”.*

**Entrevistada:** Si, si, si, si, estaba ahí ¿viste? Entonces, me acuerdo muy bien. Nosotros como movimiento estudiantil estábamos en otra línea, pero nuestras colegas graduadas estaban ahí.

**Entrevistadoras:** *Nosotras trabajamos con la hipótesis de que son parte de la*

---

<sup>6</sup> Se trata de Graciela Busaniche, colega desaparecida, también embarazada al momento de su desaparición. Su hijo no ha sido encontrado aún [Nota da professora Susana Cazzaniga].

*Reconceptualización aquellos profesionales que protagonizaron esa transformación de la profesión, y ese vínculo real con los trabajadores y los movimientos. No importa tanto si se reconocía o llamaba como reconceptualizador, si sabía o no de la existencia de la articulación latinoamericana. Para nosotras, si estuvo ahí, construyendo ese vínculo, repensando la formación, reconceptualizando la profesión...*

**Entrevistada:** Si, si, si, sí. [...] Ese es un debate también, ¿Qué es lo que consideramos reconceptualización?

**Entrevistadoras:** *Si, hay ruptura, de que hay ruptura social.*

**Entrevistada:** Yo creo que, que si nosotros leemos, empíricamente, lo que fue este movimiento en la Argentina, uno podría decir que hay líneas claras planteadas, en relación a un giro de ciento ochenta grados. Y líneas que se consideraron que estaban en la Reconceptualización, que no tenían ese grado de radicalización. ¿Por qué?, porque el concepto, la concepción de Reconceptualización de estos grupos, tenía que ver justamente con el significado más etimológico de las palabras, “volver a conceptualizar”. No a revolver todo, sino, a salir de ese lugar, de un lugar de una profesión “pobre”, de una profesión caritativa, y ponerla en un lugar de una profesión, con todas las palabras que corresponde a una profesión según esa concepción. Para muchos, eso era reconceptualización ¿se entiende? O sea, entonces te van a discutir que ellos estuvieron en la reconceptualización, entendida desde ese lugar. Y de hecho, si vos tomás el material del ECRO, podés hacer la lectura de como se va desde estas posiciones a las radicalizaciones.

**Entrevistadoras:** *Pero inclusive, la modernización conservadora; yo no puedo decir que es reconceptualizadora [...]. La reconceptualización busca esa ruptura, empujó esta cuestión de lo latinoamericano, esta ruptura. ¿Cuál es nuestra preocupación? Alargar tanto el concepto de reconceptualización, que entonces deja de ser explicativo lo que fue la reconceptualización. Entendemos que la vía de entrada era la militancia, muchas veces, vía militancia religiosa, fuertemente con aquel debate del desarrollismo. Ahora, la realidad va provocando, la propia dinámica del movimiento, de las luchas, va provocando una radicalización, una ruptura. Entonces, lo que nosotras decimos sobre el concepto de reconceptualización, es que está acotado en donde se provocó esa ruptura: el latinoamericanismo, el vínculo con las luchas, por más que haya sido interpretado por distintos lugares. ¿Dónde pondrías vos el límite de la Reconceptualización?*

**Entrevistada:** Yo lo pondría en los reaccionarios ¿no? Y ¿por qué digo esto? Porque tener una perspectiva desarrollista, era toda una superación a las prácticas caritativas, una ruptura. Digo, como uno lo vivió. [...]. ¿Cuáles son los hitos?, que tomamos como siendo expresión de la Reconceptualización: el cambio de plan de estudios de la UDELAR; el inicio de la revista ECRO; el Encuentro de Porto Alegre, y empieza ahí el encuentro entre los países del Cono Sur. Eso, para nosotros es el inicio. Y en ese inicio, vos tenés las diferentes posturas. Ahora, ¿cómo al interior de ese movimiento, uno puede pensar en cuales tuvieron las mayores rupturas? Eso es otra cosa.

**Entrevistadoras:** *En realidad es una hipótesis, que estamos trabajando....*

**Entrevistada:** El tema es... excepto que ustedes se hagan cargo de decir, que solo estos intentos de mayor ruptura es reconceptualización, pero no nos hagan decir eso a los que vivimos ese proceso...

**Entrevistadoras:** *Por ahí me pregunto.... Como ese rupturismo es más fuerte en Argentina, los límites de lo que llamamos Reconceptualización son más amplios. Por más que yo tengo dificultades de reconocer el desarrollismo, como parte. Yo creo que es la ruptura con el desarrollismo, porque inclusive si uno mira el desarrollismo y la OEA, por ejemplo, o las políticas de contrainsurgencia.... o sea, eso no está dentro de la Reconceptualización; creo que es la ruptura con eso.*

**Entrevistada:** ¿Cuáles son las rupturas? Y entonces, uno puede decir: esto es una ruptura que nos lleva a radicalizar, por ejemplo. La gran discusión que tenemos con Norberto Alayon: si la lucha armada está dentro de la Reconceptualización o no. Yo le digo “la lucha armada es la radicalización de la reconceptualización”, y él me dice que no. [...] Yo creo que el movimiento de la Reconceptualización se inicia con diversas perspectivas, y yo utilizo ese término: se va radicalizando, pero como movimiento, en esa radicalización, aquellos que estaban al principio, se fueron corriendo. [...]. El movimiento va sufriendo sus propios desgranes, pero no empieza con el latinoamericanismo. Empieza siendo, empieza diciendo “algo hay que hacer para jerarquizar a la profesión”. ECRO es producto de los primeros, de los estudiantes del instituto Bolívar, que es un instituto absolutamente desarrollista. Ellos empiezan a escribir porque dicen “no puede ser que no haya material en castellano”, “tenemos que buscar y hacer nuestros propios textos”, y ahí empiezan con los “mimeógrafos”, hacer los apuntes, y eso termina siendo la revista. Pero, pensado en que había que tener material propio. Lo mismo

Sela Sierra. Sela Sierra lo dice, en un encuentro, no sé si en Colombia: “hay que buscar y tener textos propios para poder entender nuestras realidades”. Y todavía no están hablando de Latinoamérica; se trabajaba mucho con el concepto de “iberoamericanismo” o “panamericanismo”. [...] Yo insisto, yo creo que de ese gran movimiento, hay una parte que realmente hace más rupturas, y es la radicalización. [...]. Por eso digo. El plan de estudio de cuando yo ingresé a la escuela de Santa Fé, destila desarrollismo, destila funcionalismo ¿viste? Pero hay ahí, hay apuestas a rupturas que no son solamente rupturas en términos teóricos, sino, son rupturas en términos políticos. [...]. Pero además es muy difícil encasillar, ¿viste? Al ser movimiento, es muy, muy inestable las posiciones, incluso las posiciones teóricas van variando. [...]. Entonces, “¿de dónde la importancia del instituto Bolívar”? Cuando empezó la pelea fuerte con la derecha en trabajo social, ese era el único instituto que daba el título de Trabajo Social. Cuando Norberto Alayon quiso ir a inscribirse a la asociación; que era manejada por Marta Ezcurra y demás; de ninguna manera lo aceptaron, ¿me entendés? Y empieza todo un avance en contra del instituto, que el instituto termina funcionando... no sé si alcanza diez años.

**Entrevistadoras:** *Susana, entonces si te pregunto, ¿dónde pones el límite de la reconceptualización?, vos decís, “en los reaccionarios”. O sea, que vos ponés un límite que es político.*

**Entrevistada:** Si, si, sí. Si, si, sí. Yo pongo un límite político ¿por qué?, porque cuando yo digo “los reaccionarios”, están planteando un modo de entender a la profesión, en términos también teóricos ¿no?

**Entrevistadoras:** *Si, tiene consecuencias teóricas, si.*

**Entrevistada:** ¡Claro!, claro porque ¿viste? Este tema de su vinculación con la UCI (Union Católica Internacional), la escuela de Bélgica, etc, hay todo una cuestión que tiene que ver con la doctrina social de la iglesia, y todas estas cuestiones que son muy, muy confesionales ¿no? [...]. Además esto habría que estudiarlo, como un atractivo en la historia de vida. Nosotros analizando los documentos que encontramos ahí en el colegio, de Santa Fe, hay cartas de Marta Ezcurra, solicitando que se incorporen a la UCI. O sea, evidentemente, ella hace todo un trabajo de disciplinamiento y reclutamiento fuerte. Es un cuadro de la derecha argentina ¿viste?

**Entrevistadoras:** *Cuando hay una parte de estas personas que legítimamente están preocupadas por una profesión, eso no le quita el mérito. Pero tengo dificultades en decir que eso está dentro del movimiento de Reconceptualización. Puedo decir lo que es un movimiento,*

*que estarían dentro de una preocupación, de mejorar la profesión, de darle estatutos más teóricos, de darle estatus científicos, etcétera.*

**Entrevistada:** Nosotros también consideramos que no es sólo académico. Lo que pasa, es que también es un mito que se construyó ahí, digamos, que es solamente académico; y también creo que en eso juegan algunos intereses de desvalorizar la reconceptualización.

**Entrevistadoras:** *Y los procesos reales que produjo, reforma del plan de estudio, cambio de las prácticas pre-profesionales, inserción real en los territorios, vínculo con las luchas; aunque fuera vía militancia.*

